



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO AMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, QUE TEVE POR OBJETIVO DE DISCUTIR A SITUAÇÃO DA MODALIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEMIPRESENCIAL, NO ESTADO DA PARAÍBA E APRESENTAR O RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2024.

As quatorze horas do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Mini Plenário Deputado Judivan Cabral, realizou-se a Audiência Pública, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos para discutir a situação da modalidade de ensino de educação de jovens e adultos, semipresencial, no Estado da Paraíba e apresentar o relatório da Conferência Nacional de Educação, sob a Presidência da Deputada Cida Ramos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano, a presidente da Sessão declarou abertos os trabalhos estando presentes os Deputados Anderson Monteiro e George Morais, de forma virtual; Deputado Chió. Dispensada a execução do Hino Nacional, a Deputada Cida Ramos, após situar o tema, passou a palavra a Sra. Liliane Alves, Professora de Artes e Coordenadora da Federação Nacional de Profissionais na Área de Artes. Com a palavra, apresentou slides sobre a difícil situação dos artes educadores na Paraíba com tópicos referentes à baixa carga horária; atuação de professores sem formação adequada; baixa oferta de vagas em concursos; escolas sem estrutura ou material adequado; dados com ensino da arte na rede estadual da Paraíba; problemática da

resolução 073/20024. Por fim, rogou que se valorizasse a formação específica em artes para garantir uma educação de qualidade. Em continuidade, a Deputada Cida Ramos disse que seria dado andamento a demanda da Sra. Liliane Alves e passou a palavra ao Deputado Chió. Em seu discurso, fez as saudações de praxe, disse que era uma satisfação debater educação e salientou a importância da arte nas escolas. Relatou sua felicidade ao visitar uma escola na cidade de Esperança e encontrar um professor de artes visuais com doutorado na USP, mostrando como a arte transforma a dinâmica escolar. Destacou também a necessidade urgente de apoio psicológico para enfrentamento de problemas emocionais entre os jovens, como ansiedade e suicídio. Parabenizou ainda a Deputada Cida por levantar esse debate crucial e trazer o tema para a Comissão de Educação. Prosseguindo a Deputada Cida Ramos registrou a presença do Vereador Marcus Henrique e passou a palavra ao Deputado George Moraes. Após os cumprimentos de praxe, o Deputado parabenizou a deputada Cida Ramos pela iniciativa e por liderar a Comissão de Educação, falou da importância de visitar e incentivar artes nas escolas, além das audiências públicas para ouvir alunos e professores, buscando melhorias na educação paraibana. Finalizando, informou que tinha um requerimento para apresentar à presidência dessa Comissão. A Presidente fez a leitura do requerimento de autoria do Deputado George Moraes contendo convocação da Sra. Maria Elizabeth Araújo, Secretária-executiva de Gestão Pedagógica; Sra. Pauliana Loureiro, Secretária-Executiva de Administração Suprimentos e Logística; e o Secretário de Estado de Educação e Tecnologia, Sr. Antônio Roberto de Araújo Souza, para debater sobre o atual momento da educação no Estado da Paraíba com a Comissão de Educação, Cultura e Desportos. Em votação, o Deputado Anderson disse que era de grande valia a convocação e foi de acordo. O Deputado Chió considerou que deviam convocar um secretário de cada vez e direcionar os temas que se achassem importantes. A Deputada Cida Ramos considerou racional a sugestão do Deputado Chió e sugeriu a convocação da Secretaria Pedagógica em primeiro, sucedendo a Secretaria Administrativa e depois o Secretário para melhor resolução das questões que foram postas diante da referida Comissão. O Deputado George Moraes, de acordo, disse que a agenda poderia ser montada de acordo com a disponibilidade dos gestores. Por fim, foi aprovado em consenso por todos os Deputados presentes a convocação de um secretário

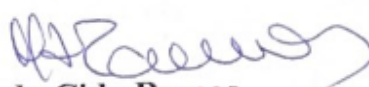
por vez de acordo com as demandas apresentadas. A presidente considerou que era muito importante o diálogo da Comissão com a secretaria de Educação. Logo após foi passada a palavra ao Vereador Marcus Henriques, que destacou a importância do tema da arte na educação, colocando seu mandato à disposição. Trouxe também a preocupação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional, ressaltando a necessidade da educação para a ressocialização. Ato contínuo, a Presidenta convidou o representante do Sintep, o senhor Felipe Baunilha. Com a palavra, saudou os presentes na figura da deputada Cida Ramos e agradeceu o convite. Ele destacou a importância da relação entre a comissão de educação e os profissionais de educação na Paraíba, ressaltando a necessidade de diálogo para avançar. Mencionou um problema específico, levantado pela professora Liliane, relacionado à resolução 073 do Conselho Estadual de Educação, que permite que pessoas não licenciadas administrem disciplinas e criticou essa resolução, afirmando que ela desconsidera a importância da formação e a disponibilidade de pólos de formação de professores na Paraíba. O senhor Baunilha argumentou que o Conselho não apresentou dados concretos sobre a falta de profissionais licenciados. Proferiu que, apesar da resolução permitir que o mesmo professor lecionasse até três componentes curriculares, isso só deveria ocorrer se o professor tivesse licenciatura na área. Ele destacou a circulação de mensagens de WhatsApp, orientando a lotação de profissionais de forma inadequada e criticou a contratação de professores sem licenciatura, especialmente em João Pessoa, onde há muitos cursos de licenciatura disponíveis. O senhor Felipe apontou a necessidade de uma seleção para professores temporários, similar à das universidades, para dar segurança jurídica aos profissionais. Ressaltou que a maioria dos estados contrata muitos profissionais por excepcional interesse público, e na Paraíba, essa taxa é de 45%. Ainda destacou a falta de dados oficiais sobre a quantidade de formados em licenciatura na Paraíba e sugeriu um planejamento do setor público para melhorar a gestão educacional. Ele elogiou o deputado Chio pela valorização da educação e destacou a importância de tratar a saúde mental dos profissionais de educação. Ao final, agradeceu a aprovação do plano de carreira que inclui psicólogos, assistentes sociais e bibliotecários, mas enfatizou a necessidade de cuidar da saúde mental dos profissionais. Mencionou também a importância da profissionalização de todos os que atuam na escola,

criticando a precarização e terceirização dos serviços na educação da Paraíba. Agradeceu novamente à deputada Cida pelo convite e se colocou à disposição para continuar o diálogo. A deputada Cida Ramos agradeceu e mencionou encaminhamentos relacionados ao ensino de arte. Ela propôs visitar cursos de arte nas universidades e faculdades, fazer reuniões e contou com a colaboração de todos para tornar isso uma pauta das universidades. Ela planejou levar o debate à coordenadora pedagógica e ao Ministério Público da Educação antes de realizar uma audiência, assim como ao Tribunal de Contas. Ela também expressou interesse em investigar o CIAGEM e seus custos, e em pedir explicações sobre seu funcionamento. Depois falou a senhora Petra Ramalho. Com a palavra, agradeceu o espaço disponibilizado pela deputada Cida Ramos e expôs problemas enfrentados pela EJA Semipresencial, especialmente a partir do início do ano. Ela comentou sobre a necessidade de apoio para professores e estudantes da EJA, mencionando colegas que sofreram de infarto, ansiedade e pânico devido às condições de trabalho. Relatou que alguns professores foram deslocados de suas funções, o que precarizou o atendimento. Petra afirma ser professora da EJA Semipresencial desde 2020, comparou a modalidade a um filho, destacando sua importância para jovens e adultos que não concluíram seus estudos no tempo regular. Ela mencionou as dificuldades enfrentadas, como a suspensão de matrículas e a exigência de 180 matrículas em um curto período sem justificativa. Destacou a escassez de escolas que oferecem a modalidade em João Pessoa e questionou a distribuição inadequada dessas escolas. Mencionou também a falta de apoio da secretaria para a divulgação e a elaboração de materiais, além da redução de professores, resultando em sobrecarga e precarização do atendimento. Ela criticou a resolução que vincula a quantidade de professores às matrículas no início do ano, argumentando que as matrículas aumentam ao longo do ano. Concluiu mencionando a audiência no Ministério Público que apoiou a EJA e garantiu a reabertura do turno da noite na escola Antônia Rangel. Petra ressaltou também que a EJA precisa de professores adequados nos três turnos para atender os alunos e se colocou à disposição para esclarecimentos. Em seguida falou a senhora Vânia. A senhora Vânia começou explicando o funcionamento do sistema prisional e o papel da escola estadual Graciliano Ramos, que atende a 11 unidades prisionais no litoral. Ela destacou que a única sala de aula para

educandos do regime semiaberto na unidade prisional Juiz Hitler Cantalice foi fechada por decisão unilateral do gestor da escola, José Nicásio Lopes, desrespeitando uma deliberação do Conselho Escolar. Vânia enfatizou que essa decisão viola o direito humano à educação dos presos, que participam de projetos de ressocialização promovidos pela Secretaria de Administração Penitenciária. Ela questionou como é possível falar em ressocialização ao fechar salas de aula, especialmente em um contexto onde o Supremo Tribunal Federal (STF) chama à ação para enfrentar a situação crítica do sistema prisional Brasileiro. Criticou o fechamento de salas de aula no sistema prisional na Paraíba, enquanto outros estados ampliam essas salas. Vânia denunciou a violação do princípio da gestão democrática pela gestão escolar que desrespeitou o colegiado e pediu aos parlamentares um olhar atento para aqueles sob tutela do Estado. Relatou que a professora Kadydja já procurou o Conselho Estadual de Educação e a Secretaria de Educação para resolver a questão, mas sem sucesso até o momento. Destacou que a decisão de fechar uma turma deveria ser prerrogativa da Secretaria de Educação e não de um gestor escolar. Ela mencionou o impacto negativo sobre os estudantes que usam tornozeleiras e estão interessados em continuar suas aulas. Ela também relatou denúncias de perseguição a professores, como processos por insubordinação, descontos indevidos por atestados médicos e ameaças de demissão para professores prestadores. Ela mencionou a saúde mental debilitada dos professores devido às perseguições e o assédio moral, destacando que muitos estão tirando licenças para tratar de problemas emocionais. Vânia reafirmou o compromisso do sindicato em acompanhar e garantir apoio jurídico a todos os profissionais perseguidos. Ela concluiu mencionando problemas de infraestrutura em escolas, como uma escola integral funcionando dentro de outra, e pediu ação das autoridades competentes para resolver essas questões. A deputada Cida Ramos agradeceu e comentou que a pessoa iniciou falando sobre o sistema prisional e, por ser do sindicato, referiu-se a uma escola em Rio Tinto em situação precária devido à gestão da diretora e problemas com os professores. Passou a palavra para Célia Varela Bezerra, do EJA. A senhora Célia agradeceu o debate e explicou que a deputada Cida havia ligado para ela sobre a Audiência, mas não mencionou a data correta. Recebeu o convite na véspera, tendo que decidir entre este debate e outro importante com a Senapem e o Ministério da Justiça sobre a

atualização do plano de educação em prisões. Afirmou que se sentiu à vontade na Casa, valorizando o processo democrático e a importância de se construir narrativas baseadas em evidências. Destacou sua experiência no campo dos direitos humanos e a importância de denunciar violações do Estado. Mencionou sua apresentação sobre a história da EJA semipresencial na Paraíba. Em 1975, foram criados centros de estudos supletivos em João Pessoa e Cajazeiras para adolescentes e adultos. Em 2005, a portaria 243 ampliou esses centros para outras cidades. Em 2015, o decreto 36.033 substituiu os CEJAs pelo programa EJATEC. Houve resistência dos professores e sindicatos, resultando na integração das atividades dos CEJAs às escolas estaduais em 2016, mas sem autonomia de gestão. Proferiu que em 2017 e 2018, o Ministério Público iniciou debates sobre regulamentação, dado que os CEJAs eram apenas para estudos supletivos e foram integrados às escolas regulares. Célia ressaltou a expansão da EJA na Paraíba, que hoje conta com quase 400 escolas oferecendo essa modalidade, mencionou o dia que participou de uma audiência pública em 2018 sobre fraudes nos CEJAs, o que motivou a criação de um GT semipresencial em 2019, oficializado pela portaria 1133/2019, realizando plenárias e mapeando boas práticas e irregularidades. A senhora Célia afirmou que em nenhum momento trabalharam com o estigma, pois há um estigma na EJA semipresencial. Mencionou que, ao contrário da resistência inicial dos professores, eles realizaram boas práticas, organizaram plenárias e formaram um GT. Em um ano e meio de trabalho, registraram 45 atas e, como resultado, realizaram um seminário com 87% de participação. Além disso, fizeram visitas às escolas, diagnosticando a situação e desenvolvendo uma proposta de regulamentação do semipresencial com a participação ativa dos professores. Ela destacou que, apesar das boas práticas, também havia práticas que não colaboravam com o direito de aprendizagem dos estudantes. No início do diálogo, alguns professores acreditavam que não era necessário planejar para o semipresencial, mas esse entendimento mudou ao longo do tempo. A resolução construída com os professores foi aprovada pelo Conselho Estadual e serviu de base para as diretrizes. Célia apresentou o cronograma de trabalho que incluía um ciclo de aprovação, divulgação e formação dos professores. Ela mencionou que havia uma cultura de exame supletivo, mas destacaram a importância de mudar essa

percepção. Elogiou as professoras de educação em prisões, destacando os desafios e estigmas enfrentados por elas. Sobre a situação atual, Célia explicou que a EJA semipresencial atendia os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, visando jovens e adultos sem tempo para frequentar a escola presencialmente. Ressaltou a importância da leitura e interpretação de textos para esses estudantes. Citou os marcos legais e a obrigatoriedade da educação, bem como as resoluções que orientavam a EJA. Pontuou ainda a existência de 10 escolas oferecendo a modalidade semipresencial, listando as localizações e escolas envolvidas. Mencionou a importância dos plantões pedagógicos e a necessidade de planejamento e qualidade de presença dos estudantes. Também falou sobre a carga horária mínima e a organização das turmas. Célia enfatizou que, na EJA semipresencial, não havia formação de turmas específicas para cada componente curricular. No entanto, existia uma necessidade de organização administrativa para a lotação dos professores. Ela apresentou dados sobre a oferta e a matrícula, destacando o trabalho feito junto com os professores para a melhoria contínua do sistema. Concluiu afirmando que o direito de aprendizagem dos estudantes deveria ser garantido e que o processo de avaliação deveria ser pensado de forma integral. Apresentou a matriz curricular e os guias de estudo, realçando a importância do planejamento e da formação contínua dos professores e destacando a necessidade de metas de certificação e a importância do diálogo contínuo com a Assembleia Legislativa para fortalecer a qualidade da EJA semipresencial. Em seguida, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais a acrescentar, declarou encerrada a presente sessão. Lavrando a presente Ata, os redatores, Simone Patrícia B. de Macedo e Iayna Alves Rabay, Assistentes Legislativo, e que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, em 21 de maio de 2024.



Deputada Cida Ramos
Presidenta